

**1º CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONSEG  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**Por**



**AUGUSTA E RESPEITÁVEL BENFEITORA DA ORDEM LOJA SIMBÓLICA**

**ANTONIO VIEIRA DE MACEDO - Nº 1611**

**Oriente de Niterói – RJ - Brasil**

*Eixo 3 – Valorização profissional e otimização das condições de trabalho  
(Segurança Nacional)*

**NITERÓI - RJ  
2009**

**SUMÁRIO**

<i>1 - INTRODUÇÃO</i> .....	4
<i>2 - UM CASO DE POLÍCIA</i> .....	6
<i>3 - POLÍCIA E COMUNIDADE</i> .....	10
<i>3 - A POLÍCIA NO MUNDO</i> .....	11
<i>4 - MÍDIA X INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA</i> .....	14
<i>5 - OBJETIVIDADE</i> .....	16
<i>6 - CONCLUSÃO</i> .....	19
<i>7 - BIBLIOGRAFIA/PESQUISA</i> .....	22

### Eixo 3 – Valorização profissional e otimização das condições de trabalho

Projeto de Pesquisa apresentado ao Grande Oriente do Brasil, no Rio de Janeiro, como exigência de participação do 1º Conselho Nacional de Segurança Pública, em obrigatoriedade ao cumprimento de determinação, dado pelo Ministério da Justiça, através do Excelentíssimo senhor, ministro da Justiça, Tarso Genro.

## **INTRODUÇÃO**

Quando se recebe a incumbência de pesquisar e tecer comentários sobre o tema em questão, controverso, frágil e de extrema capacidade de vertentes e interpretações, deve-se, antes de tudo, saber se vale à pena.

Esta pergunta de difícil resposta pode ser respondida com mais veemência, quando um dos nossos, ou nós mesmos, somos vítimas da questão proposta: A VIOLÊNCIA QUE ASSOLA O PAÍS.

Quando somos vítimas, gritamos, exigimos, vamos às ruas, pedimos socorro e não obtemos respostas imediatas.

Quando não somos vítimas diretas, infelizmente, muitos de nós nos fingimos de morto, e passamos ao largo desta questão, como se nada tivesse acontecido e não nos exigimos essa participação. É cotidiano e faz parte de nossa realidade. Porém, essa violência não está longe de cada um de nós, ela urge e grita alto, em nossa calçada, em nossas esquinas, com nossos filhos, nossas esposas e maridos, nossos pais... e não fazemos nada, ou muito pouco.

Seria fácil para os participantes desta empreitada, relacionarmos o que é necessário e cobrarmos das autoridades estas soluções, entretanto, não é bem assim...

Países desenvolvidos e em desenvolvimento, levaram décadas para resolverem os seus problemas imediatos de violência, e muitos, ainda hoje, não conseguiram, pois a violência nasce da falta de educação, da cultura, da evolução insípida da sociedade em busca de algo maior que o SER: o TER.

Convenhamos: a sociedade não está evoluindo para o bem estar comum, mas, para o bem estar do EU. Eu posso, eu quero, eu vou, eu tenho.

Numa sociedade, onde o que se tem no bolso vale mais do o que se tem na cabeça ou coração, está, sem sombra de dúvidas, fadada ao descaminho e a brutalidade sem controle. Mas, infelizmente, este é o quadro que existe e

está mordendo nossos calcanhares, trazendo de volta o insano e descabido sentimento da auto-tutela, onde enfrentamos com as próprias mãos, nossos maiores temores. Portanto, cabe retornarmos pelo difícil caminho da conversa, dos debates, da compreensão de todos, em busca de um senso comum, pois, quando alcançarmos o real sentido da vida em sociedade, provavelmente, não precisaremos mais de polícia armada; de “caveirões” que nos assombram; assistir nos jornais assassinatos brutais e sem sentido; abrirmos o jornal escrito e sentirmos o gosto de sangue e a úmida e pegajosa literatura policial, encarnada na mais insana e triste brutalidade humana.

Os cétricos, falam em utopia. Nós, com o 1º Conselho Nacional de Segurança Pública, falamos em possibilidades...

## UM CASO DE POLÍCIA

O conceito de segurança é segundo o dicionário Michaelis “1. Ato ou efeito de segurar; 2. Estado, qualidade ou condição de seguro; 3. Certeza, confiança e firmeza”. O conceito de público, de acordo com o mesmo dicionário: “1. Relativo a um povo, ou ao povo; 2. Que serve para uso de todos; 3. Relativo ao governo de um país e suas relações com os cidadãos.”

Portanto, extrai-se que a segurança pública garante a proteção dos Direitos individuais e assegura o total e pleno exercício da cidadania.

É fato que o índice de criminalidade aumentou nos últimos anos. Também é verdade que uma das razões desse aumento se deu em razão da facilidade que as facções criminosas encontram em dominar as comunidades, em geral, carentes, favelas, por conta do tráfico de drogas e armas.

No entanto, todas as vezes que os jornais apontam para um crime de repercussão nacional, geralmente, aparecem envolvidos um ou mais de um policial; ou delegado; ou juiz; ou deputado; ou vereador, ou qualquer pessoa em que a população, deveria, em razão de sua colocação na sociedade, confiar, seja do Judiciário, Legislativo ou Executivo.

É por essas e outras razões que as instituições policiais, entre elas, apresentam um momento de descrédito junto à população. Infelizmente a política de segurança hoje aplicada no País, não representa aquilo que a palavra em seu sentido literal quer dizer: segurança.

Talvez o problema esteja dentro da própria Instituição uma vez que aos policiais, de um modo geral, que nela se encontram, não demonstram satisfação pelo trabalho que realizam. Até porque, e principalmente no Estado do Rio de Janeiro, a remuneração pelo serviço prestado não cobrem as

necessidades pessoais e da família do policial, sendo este mal remunerado, e às vezes, ou dependendo do órgão em que esteja alocado, o Estado não lhe oferece, sequer, instrumento mínimo para praticar o trabalho que lhe cabe..

Para citar um caso extremado e vergonhoso, o IML da cidade de Itaboraí no Estado do Rio de Janeiro é exemplo vivo de como os médicos, policiais técnicos que executam perícias o fazem com, pasme, faca de cozinha por falta de bisturi. Isso sem falar do local que não apresenta qualquer conforto aos servidores chegando ao cúmulo de não possuir banheiro, estes quando de suas necessidades apelam para o quartel do corpo de bombeiros que fica no prédio ao lado, ou se homem, urinam nos fundos do terreno onde o mato toma conta por falta de cuidado: entre linhas, o próprio órgão tutelador, pratica crime de vilipêndio de cadáver, previsto em nosso código penal.

Assim como também não existe local para os médicos descansarem, pois ainda que sejam obrigados a dormir, não existem camas, ou qualquer higiene no local. Uma verdadeira ofensa ao princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana.

Ainda sobre o tema, não faz muito tempo, coisa de 6 meses ou menos, o IML de Tribobó, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, que atende as cidades de Niterói e São Gonçalo, estava com a geladeira sem funcionamento, estando os cadáveres exalando cheiro insuportável por todo o ambiente de trabalho. E assim permaneceu por meses. (Vilipêndio, outra vez)

É por essa e outras razões que se encontra a policia técnica científica do Estado do Rio de Janeiro praticamente destruída e acabada, onde não oferecem nada em troca de tudo.

Não muito diferente estão os policiais lotados na área de saúde, sem qualquer estímulo que permanecem com a mesma patente por longos anos, ainda que o trabalho seja eficiente.

Faltam aos órgãos responsáveis entenderem que, além todas as razões expostas, a justiça não funciona sem a perícia técnica científica. Qualquer processo criminal depende do laudo pericial, e o Estado se omite. E o que acaba acontecendo, dependendo do caso, laudos feitos sem qualquer contato do médico com o cadáver, por não haver condições e pessoal suficiente para a realização do trabalho.

Na polícia militar, em especial a rodoviária, não há total queixa de instrumento para executar o trabalho, estando o foco centrado na remuneração do policial, que no Estado do Rio de Janeiro é uma dos piores do Brasil.

Dessa forma procura o policial, realizar trabalhos fora dos plantões como segurança de comerciantes, juízes, promotores ou desembargadores para melhorar sua renda, esquecendo que o policial é policial mesmo fora do seu horário de serviço. Exemplo disso esteve estampado em todos os jornais no caso em que um policial foi contratado como segurança de um filho de uma promotora, matou um jovem na porta de uma boate em Ipanema. Entre outras mortes feitas por policiais totalmente despreparados para tanto, mas, na eminência de sobreviverem, prestam-se à este tipo de serviço.

Na verdade falta investimento dos órgãos centrais para que seus servidores venham a trabalhar com satisfação. Não basta melhorar o salário, pois sem condições de trabalho, como falta de equipamento e de pessoal, não haverá condições de trabalho, não existirá satisfação. O que deixa a Instituição Policia a mercê da corrupção.

Portanto, é importante locar pessoas com conhecimento para comandar com sabedoria e razão. Não se admite mais comandos sem qualquer entendimento sobre o assunto, seja ele qual for. Não se admite mais o comando de cargo dessa natureza em troca de favores políticos.



É necessário o treinamento constante dos servidores, principalmente dos policiais de rua. Treinamento este que deverá ter como fundamento maior o respeito pelo ser humano; o ensinamento de conduta na abordagem de pessoas suspeitas de formas a não ofender a integridade de terceiros. É preciso ter o conhecimento e o discernimento para agir como um verdadeiro policial, voltando a conquistar a confiança da população.

Talvez este um dos pontos principais, a confiança da população, que hoje teme a presença do policial em ação!

Face ao pequeno número de efetivo nas ruas e nos quartéis, tem os policiais que se desdobram em turnos de trabalhos excessivos e completamente esgotante, face a tensão que a própria farda lhe coloca. Fardo este que chega ao ponto do policial que reside em local de baixa renda, sair de casa a paisano com a farda dentro de uma bolsa, para não ser conhecido em sua comunidade como tal, por medo de ser assassinado.

É neste aspecto que deve a Instituição Polícia buscar para os seus servidores um *status* de importância e respeito para que este se orgulhe do trabalho que executa. Ao mesmo tempo, passar para a população a imagem de segurança do policial, fazendo com que esta se aproxime auxiliando-o, e não fugindo.

Assim sendo, cabe às Autoridades responsáveis pela Segurança Pública, investir na formação educacional e profissional dos policiais respeitando-o como tal, assim também na melhora das condições financeiras, devolvendo a dignidade ao policial para que este sinta orgulho da Corporação para qual trabalha, valorizando e otimizando as condições de trabalho.

## **POLÍCIA X COMUNIDADE**

É evidente, e que cabe ressaltar com veemência, que o policial militar, civil ou federal, além de responsável por manter a paz e ser cumpridor executivo das leis, embaixo de suas fardas, existe o homem, o cidadão, que paga contas, leva o filho ao colégio, que faz compras, que vai aos estádios com sua família assistir seu time preferido, num domingo. Entretanto, será ele capaz disso, sem levar sua arma? Ou seria melhor deixar sua arma e distintivo em casa, para (pasmem!) não ser “confundido” com um policial, e ser morto covardemente na frente de sua família?

É preciso medidas urgentes para que tal fato não aconteça. Um plano elaborado e bem implantado onde, o agente de segurança, mesmo fora de suas atribuições, possa, efetivamente, exercer sua profissão, sem temer ser morto covardemente, mas, se isto vier a acontecer, que seja em combate, com honra, pois este risco é inerente a sua profissão. Desta forma, sem dúvida, este homem, agente da lei, representará o Estado e, aí sim, o Estado será, a todo o momento, garantidor universal da segurança pública do Estado.

Inserir o policial, seu batalhão, suas diretrizes, nas comunidades, seria um projeto que, a médio e curto prazo, poderia obter resultados dignos de comportamento pacífico entre comunidade e polícia, não somente pacífico, mas, de respeito social, amizade, colaboração. Mas, para tanto, é mister que a instituição policial ao alocar-se na comunidade, respeite o cidadão de bem que ali mora, preste serviços a comunidade, dando-lhe assistência, não só com relação a segurança, mas, participando, antecipando e auxiliando esta, em sua mazelas, dando como belo exemplo, o que acontece hoje, na Favela do Cavalão, no município de Niterói, Rio de Janeiro, quando ali se alojou um batalhão avançado da Polícia Militar, expulsando os marginais da lei e trabalhando junto a comunidade, tratando-os com respeito e sendo tratado da

mesma forma, dando garantias ao cidadão de bem que ali mora, que seus direitos, aduzidos na constituição federal de 1988, estariam preservados.

É pouco, sabemos, pois o descaso do Estado é de longa data, mas, é um primeiro e importante passo para que haja, sem sombra de dúvidas, uma aproximação saudável, duradoura e bastante promissora desses entes do Estado, proporcionando assim, o sentido de que tudo é possível, bastando para tanto, a presença efetiva da vontade em estar presente, junto ao seu povo.

Enfim, cabe ressaltar que grande parte dos profissionais da força policial do Estado do Rio de Janeiro, residem em comunidades carentes, ou, no mínimo, ao largo destas, e isto contribui para que o policial esteja preocupado com sua própria segurança, assim como de sua família, pois conhecem os atos bárbaros e cruéis dos marginais da lei, e muitos são conhecidos dos próprios. É necessário dar melhores condições salariais e facilitação na compra de imóveis para estes servidores, para que possam estar longe dessas áreas como cidadão, para que possam ter garantias quando estiverem perto, exercendo sua digna profissão. É dever constitucional do Estado proteger seus entes, e os policias, fazem parte desse rol.

## A POLÍCIA NO MUNDO

Vemos na mídia, constantemente, que as Instituições Policiais de alguns países são mais bem preparadas que as nossas. É fato. Não negaremos. Mas, o que foi feito para que isso acontecesse?

- 1- Melhores salários e condições dignas de sobrevivência (Europa, América do Norte e Japão);
- 2- Melhor aparelhamento de instrumentos de trabalho, como veículos dignos com câmeras internas, sistemas de GPS, coletes de kevlar, apoio aéreo e terrestre, armas de última geração, como as Glock, e 40's

- (Inglaterra, Itália, Japão, Chile, Espanha e América do Norte – Swat, FBI, Migração);
- 3- A lei serve para todos, inclusive os de “colarinho branco” (Europa, América do Norte e parte da Ásia)
  - 4- Planejamento estratégico para criação de comunidades residenciais para policiais, onde o servidor mora próximo a outro servidor (Estados Unidos e Japão);
  - 5- Armamento pesado, só é utilizado em condições onde o policial está em desvantagem com o marginal, e quando é utilizado, são por profissionais qualificados para tanto. (Inglaterra, França, Espanha, Itália, e Chile (Carabinieri));
  - 6- Cobertura social e auxílio do Estado aos familiares dos policiais, onde seus filhos tem a educação garantida até os 21 anos de idade e planos de saúde até que se formem na faculdade, sendo seus dependentes, assistidos até o fim de sua vida. (Estados Unidos)
  - 7- Utilização de armas não letais nas vias urbanas e nos confrontos de menor monta (Reino Unido, Estados Unidos, Japão, Israel)
  - 8- Policiais envolvem-se diretamente com as situações ocorrentes na comunidade, prestando auxílio em pequenas desavenças dos moradores, utilizando técnicas de persuasão, evitando conflitos mais graves. (Reino Unido, Estados Unidos).

Os mais céticos alegam ser impossível tal ocorrência no Brasil, pois temos condições adversas a que esses países vivem: Nós temos favelas, aglomerados de pessoas que vivem em condições sub-humanas e espaços diminutos e que muitas dessas ações citadas, seriam impossíveis nestes lugares. Não negamos tal evidência. Mas, caberia lembrar, que esta situação não foi causada pela instituição de segurança, pois, quando o pai não educa; quando o professor não ensina, quando o Estado não emprega; quando a mãe precisa trabalhar para ajudar o marido a sustentar a casa; quando seu filho não tem creche para ficar e o Estado se omiti, cabe

somente a Instituição de Segurança dar a resposta a esta vacância e o socorro desta situação, e, se não estiver bem preparada, o caos é iminente.

Como pode o policial subir o morro, por vielas escuras e sem saída, em terreno minado pelo ódio dos marginais da lei, apoiados pelo medo da população, com uma arma de mão, com munição contada, confrontar marginais com suas metralhadoras de alto calibre e alcance, Ak47, M16, e até bateria antiaérea .30, .40, que furaria seu colete como papel, além de entrar em barracos e atravessar as paredes de ambos os lados? Como pode o policial invadir uma favela, caçar “gerentes” e “soldados” do tráfico, que não temem atingir com seus disparos crianças inocentes, quando, na mesma comunidade ele reside, e em muitos casos, prender ou ter que matar um colega/amigo de infância? É impossível a perseguição e abordagem de suspeitos com veículos despreparados para o trabalho brutal diário, que, na grande maioria, são refugos das montadoras. Sem câmeras, Sistema de Monitoramento Global, blindagens de vidros e portas, entre outros, e os marginais, sem algo a temer ou escrúpulos, com veículos roubados mais potentes, deixando corpos pelo caminho.

É preciso, urgentemente, rever os conceitos da segurança que desejamos, principalmente, com relação à violência urbana, diária e constante. No Chile, por exemplo, há anos atrás, os policiais eram corruptos, violentos, não conseguiam sobreviver com seus salários e achacavam a população em troca de migalhas; hoje, após o clamor da sociedade e trabalho sério e efetivo do Estado, hoje, é considerada uma das melhores e mais confiável força policial do mundo, principalmente, pelo seu próprio povo. Em contra-senso, a policia Inglesa que por séculos foi considerada a policia mais cortês do mundo, inclusive não utilizavam armas em suas abordagens, hoje, andam extremamente bem armados e as utilizam se for o caso, sem o mínimo pudor: lembramos o caso Jean Charles, Brasileiro, assassinado no Metrô de Londres, somente com tiros letais.

Portanto, aos que não acreditam, cabe a frase: **O bom combate é o que se luta para manter-se vivo e não para destruir seu oponente.**

## MÍDIA X INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA

Numa sociedade que vive e necessita de informações, seja falada, escrita, televisada, o risco de transformar este meio em um mercado de negócios, que rendem milhões de Reais em níveis diários, em uma arma poderosa, é evidente.

Quando se deseja arrecadar mais e mais, sem o mínimo pudor ou regras, afastados da ética profissional ou respeito para com as instituições e a sociedade, o que resta e viabiliza, é uma sociedade em pânico e cada vez mais afastada e temerosa das instituições que, a priori, deveriam resguardá-las deste mal. Notícias de crimes, sejam de qualquer monta, estampam as principais páginas dos jornais, e, na TV, são as primeiras chamadas. Contudo, existe um agravante: quando um policial, seja ele de qual força for, está envolvido, surge o efeito dramático da condição de um garantidor da lei, envolvido em crime. Não se espera que este crime não seja noticiado, ao contrário, este deve servir de exemplo. Mas, acontece com todos? Quando um policial é assassinado em seu trabalho, em seu lar, em seu lazer, a forma como é conduzida a matéria, tem o mesmo peso? Ou este policial foi assassinado por “acharem” que estava envolvido em algum crime?

Nos países desenvolvidos, suas mazelas são postadas nas ultimas paginas. Suas notícias sobre membros de organismos de segurança de seus países, só são levados à mídia, após o devido processo legal, dando-lhe, no mínimo, o amplo direito de defesa. (Repetimos o caso Jean Charles, apesar da repercussão mundial, os policiais acusados não foram levados a julgamento, pois, segundo a promotoria Inglesa, estavam em efetivo cumprimento do dever.)

No Brasil, quando um policial em estrito cumprimento de seu dever fere ou mata um marginal ou um cidadão, ele é levado às barras da justiça, e, a

princípio, já é acusado de crime e noticiado em todos os jornais, em letras grifadas, como mal policial, tendo em seu encaço, os organismos de defesa da vida, os direitos humanos. Em contraposto, quando um policial é assassinado, às vezes com requintes de crueldade, estes mesmos organismos, preocupam-se com seus direitos humanos? Não podem, pois ele está morto. Mas, e suas famílias? Alguns destes organismos encontram-se com seus familiares e lhe prestam todo auxílio que teriam os familiares dos marginais da lei? Não cabe mensurar merecimentos, pois todos têm o direito a serem resguardados, entretanto, talvez a balança precise de ajuste.

Não se deve, e este não é o cerne da questão, defender os policiais que envergonham a farda que usam ou seu distintivo, muito menos esconder as mazelas de nossa sociedade, mas, precisamos repensar a forma como a mídia transforma esses fatos em mera isca, para venderem mais jornais, expondo o seu país de uma forma cruel, violenta e, muitas vezes, mentirosa e desumana. Quem paga a conta por esta exposição gratuita e impensada, é nossa sociedade.

## OBJETIVIDADE

Aposto, os tópicos que acreditamos serem importantes e poderão ser observados para que, a médio/longo prazo, deverão trazer melhorias, não só para as instituições de segurança, mas, seus servidores e a sociedade, em si. Entretanto, devido ao curto prazo para uma maior abordagem do assunto, foram sintetizados os tópicos, que, em sua grande parte, associam-se nos seus devidos temas:

1 – Plano de melhoria salarial, com estipulação de gratificações, visando à integração das remunerações entre as forças policiais do Estado, onde foi observada a disparidade existente entre estes entes do Estado;

2 – Aquisição de novos equipamentos, tais como: armas não letais e letais, munições e equipamentos de proteção individual, veículos de patrulha equipados com GPS e sistema de monitoramento instantâneo, veículos blindados leves, de apoio a incursões em cenários desfavoráveis, tecnologia de ponta, informatizando e aprimorando a inteligência da polícia, facilitando a tarefa da polícia em geral;

3 - Plano de carga horária de 44 horas semanais, reduzindo o desgaste emocional e físico do servidor, possibilitando melhorias em sua função, assim como, afastando a possibilidade de baixas por doenças, combinado com a restituição aos órgãos de origem, dos policiais desviados de suas funções;

4 – Maior cobertura assistencial, onde os dependentes dos policiais tenham direitos garantidos, como pensão e assistência médica em caso de morte do servidor, assim como, extensão desta valorização no atendimento ao próprio policial, que venha em exercício de sua função, tornar-se inválido para o serviço, sem a possibilidade de nova condição de empregabilidade, ou ferir-se, de maneira temporária, tendo a cobertura social de todas as suas necessidades e de seus familiares;



5 – Aumento do efetivo, através da admissão de novos concursados, aspirantes, praças e oficiais, e elaboração de planos de carreira e salários, onde, policiais com longo tempo de serviço prestado, possam ter a possibilidade efetiva de promoção em sua carreira e aumento de sua remuneração, sem a necessidade de um segunda jornada de trabalho, em muitos casos, extremamente duvidosas;

6 - Buscar o aprimoramento técnico-científico junto a outras instituições policiais de outros estados e países, visando à melhoria do efetivo policial em suas atribuições de segurança, para que sejam empregadas melhores condutas e técnicas de abordagem, assim como, a facilitação e emprego da polícia técnica, no curso das investigações, inquéritos e perícias;

7 – Melhoria das condições de trabalho da polícia-técnica, com a compra de equipamentos tecnológicos avançados de perícia; construção e reforma das instalações, onde se almeje condições dignas e dentro dos padrões exigidos para o mínimo de conforto e facilitação do trabalho dos médicos, peritos, seus auxiliares, e pessoal da administração, elencados no tópico 1;

8 – Programas de elaboração e estudo de viabilidade na parceria e maior aproximação das instituições de polícia, (Federal, Militar e Civil), com o intuito de um trabalho em conjunto, em prol de suas atribuições, garantindo um trabalho efetivo e permanente, nas melhorias das investigações policiais, onde possam, mutuamente, garantir a segurança da população, sem, entretanto, perderem suas características investigativas e de repressão;

9 – Instalação de batalhões da Polícia Militar nas comunidades mais atingidas pela criminalidade, almejando a Integração, Comunidade X Polícia, conforme o trabalho realizado no morro do Cavalão, em Niterói-RJ, onde se deve oferecer cursos profissionalizantes aos moradores, idosos, jovens e crianças, assistência médica gratuita, utilização do espaço dos batalhões em prol da comunidade;

10 – Substituição e Implantação do maior número possível de Delegacias Legais mais próximas das comunidades, agilizando o atendimento à população, de forma diferenciada, com prestadores/servidores, prontos e treinados para receberem esta demanda;

11 - Aumento no orçamento dos estados, no que diz respeito a segurança, repassando as instituições militares e civis, propiciando que todos os pontos citados sejam cumpridos;

## CONCLUSÃO

Ao longo dessas horas, onde tentamos pesquisar e tentar a hercúlea tarefa de elucidar os problemas que afligem a nossa sociedade com relação a segurança pública, sobre o tema/eixo proposto, tivemos a oportunidade de conhecer alguns segmentos dos órgãos de segurança, que pouca parcela da sociedade conhece ou tem acesso. Verificamos, *in loco*, acontecimentos diários do descaso do Estado, como os citados neste texto, e pudemos observar o quanto estes servidores, sejam comandados ou comandantes, oficiais ou praças, detetives ou delegados, peritos ou assistentes, sofrem, diariamente, para tornarem digna a profissão que escolheram. Acompanhamos o trabalho e conversamos com os dirigentes e dirigidos, buscamos ouvir destes, o que seria bom ou certo para produzirem e darem retorno à sociedade, neste trabalho árduo e difícil de servir a população, hoje, tão carente de atenção.

Embora tenhamos colhido informações importantes sobre o assunto, e as pusemos aqui, ainda assim, fica a sensação de que algo falta; o trabalho não está completo. Regozijamos-nos de alegria e sentimento de quando se quer se pode, quando nos defrontamos com trabalho efetuado pela Polícia Militar, no morro do Cavalão, em Niterói, e, infelizmente, nos entristecemos com o descaso e sórdidas condições de trabalho dos Institutos Médicos Legais de Itaboraí e Tribobó; sentimos-nos honrados em ser recebidos tão prazerosamente por comandantes de Batalhões de Polícia, como no 12º Batalhão, em Niterói, e fomos, ao mesmo tempo, alvo de medo e desconfiança de alguns servidores, pois estes tinham medo de represálias por parte do Estado, em prestar depoimento, até mesmo, para melhorias no seu próprio serviço.

Portanto, chegamos a conclusão que, embora não sejamos senhores da verdade real, não tão somente precisamos aumentar os efetivos nos Batalhões

de Polícia, pois, mais policiais nas ruas, sem preparo, treinamento e material de trabalho adequado, não constituem segurança efetiva. (E os números provam exatamente o contrário!); não tão somente precisamos contratar, por concursos públicos, policiais civis para melhorar o atendimento nas delegacias de polícia, quando estes não são adequadamente treinados para atendimento a população, investigação de crimes e não tenha o material científico mínimo para tanto, onde, o investigador ou perito, precise adquirir, com seus poucos recursos, luvas descartáveis para sua perícia, no local do crime ou periciar um cadáver, utilizando facas de cozinha e tenha que passar a madrugada acordado, pois não tem onde dormir; não somente é necessário promover cabos, sargentos ou suboficiais, se estes não serão treinados a contento para o comando em escolas de aprimoramentos de oficiais de comando; não basta aumentar os salários dos policiais, se estes, ainda assim, moram próximos ao crime e aos criminosos, onde se propicia a fácil corrupção e envolvimento com o crime “supostamente” organizado, onde, neste assunto, cabe uma pergunta: onde está esse crime organizado? Nos cadernos “esmolambados” dos gerentes do tráfico, onde consta o nome de policiais e o valor de suas propinas por facilitar o tráfico de drogas, ou nos apartamentos da zona sul, sem nomes, sem rostos, sem identidades, sem valores?

Senhores, o que basta, não é tão somente o aparelhamento da força policial, aumento de salários, compra de equipamentos de última geração, maioria dos efetivos, aprimoramento dos homens, qualificação profissional dos efetivos da polícia, seja em qual ente estatal for, mas, sim, uma unificação de pensamentos, idéias e ideais, onde o que se defenda, em primeiro lugar, seja o valor da dignidade humana, preconizada em nossa constituição, quase em todos os seus artigos; que seja o pensamento uníssono e a vontade premente de traduzir o que a sociedade, frágil, temerosa e carente, espera de sua polícia e seus órgãos de segurança; que estes entes, sejam as corporações e os membros que a compõem, a resposta, contundente, esperançosa, em futuro próximo, que nós, criaturas e elos deste intrincado e complexo organismo chamado sociedade, esperamos.

Que nossos filhos e netos possam, em próximo futuro, ouvir dos antigos, que um dia existiu uma sociedade violenta, fútil e perversa, e que foi dizimada pela vontade do mais inteligente e educado; do mais versátil e gentil; do mais dedicado e humano; do mais culturado e contrário aos discursos fúteis e inertes.

Que assim seja.

Pesquisadores:

Sylvio Carlos Machado Antunes (Venerável Mestre)

Wellington Afonso Moreira Guerra (Mestre Instalado)

Carlos Renato Pimentel Gomes (Comp.: Maçom)

Antonio César da Silva Rangel (Mestre Maçom - Hospitaleiro)

Guilherme G. Santos (Mestre Maçom – Assessor do Grão Mestrado)

FONTES DE PESQUISA:

Institutos Médicos Legais

Batalhões de Polícia Militar

Delegacias de Polícia

Revista VEJA

Jornal O GLOBO

Jornal O DIA

Jornal EXTRA

Jornal do BRASIL

Internet

Entre outros.

